

A ausência, a ofensa, o luto e o lapso: revisitando *K.* – *Relato de uma busca* 15 anos depois, em outro instante de perigo

Absence, Offense, Mourning and Lapse: Revisiting K. – Relato de uma busca 15 Years Later, in Another Moment of Danger

Emerson Pereti

Universidade Federal da Integração Latino-Americana

Foz do Iguaçu, PR, Brasil

<https://orcid.org/0000-0002-5781-625X>

Maria Clara dos Santos Cardoso

Universidade Federal da Integração Latino-Americana

Foz do Iguaçu, PR, Brasil

<https://orcid.org/0009-0001-7712-1607>

Resumo

Este texto se concentra nos expedientes narrativos do romance *K. – Relato de uma busca*, de Bernardo Kucinski (2014), por meio de uma revisão crítica movida pelos eventos políticos que se seguiram à sua publicação. Em outro instante de perigo, o passado-presente instaurado pela ditadura voltou a oscilar, trazendo os espectros mais pavorosos do antigo regime autocrático. Nesse contexto, a obra de Kucinski é ressignificada. Em questão está a polissemia que envolve a experiência da falta, em seus sentidos de ausência, lapso e ofensa.

Palavras-chave: *K. – Relato de uma busca*; luto; ausência; ofensa.

Abstract

This text focuses on the narrative devices used in Bernardo Kucinski's novel *K. – Relato de uma busca* (2014), through a critical review prompted by the political events that followed its publication. In another moment of danger, the past-present established by the dictatorship began to waver again, bringing back the most terrifying specters of the old autocratic regime. In this context, Kucinski's work takes on new meaning. At issue is the polysemy that surrounds the experience of loss in its senses of absence, lapse, and offense.

Keywords: *K. – Relato de uma busca*; Mourning; Absence; Offense.

Resumen

Este texto se centra en los recursos narrativos de la novela *K. – Relato de una busca*, de Bernardo Kucinski (2014), a través de una revisión crítica motivada por los acontecimientos políticos que siguieron a su publicación. En otro momento de peligro, el pasado-presente instaurado por la dictadura volvió a oscilar, trayendo consigo los espectros más aterradores del antiguo régimen autocrático. En este contexto, la obra de Kucinski adquiere un nuevo significado. Se trata de la polissemia que envuelve la experiencia de la falta, en sus sentidos de ausencia, lapso y ofensa.

Palabras clave: *K. – Relato de una busca*; duelo; ausencia; ofensa

O processo de K.

Onde estava o juiz que ele nunca tinha visto? Onde
estava o alto tribunal ao qual ele nunca havia
chegado?

Frans Kafka (1997, p. 278), *O processo*

Desde sua primeira publicação, em 2011, pela editora Expressão Popular, o romance *K. – Relato de uma busca*, de Bernardo Kucinski, tem ocupado um lugar de destaque na literatura brasileira contemporânea. A narrativa, que marca a estreia de Kucinski também no campo da ficção literária, teve boa recepção tanto entre a crítica especializada – sendo finalista dos prêmios São Paulo de Literatura e Portugal Telecom de 2012 – como entre o público em geral, o que demonstra sua reedição e republicação em 2014, pela Cosac Naify, e em 2016, pela Companhia das Letras.¹ A repercussão da obra também atravessou as fronteiras brasileiras, rendendo-lhe traduções para diversas línguas, entre elas espanhol, inglês, alemão, hebraico, francês e italiano. Do mesmo modo, sua recepção no meio acadêmico fomentou uma vasta produção de estudos. Apenas uma breve pesquisa no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes aponta, até o momento da escrita deste texto, oito teses de doutorado e 22 dissertações de mestrado voltadas especificamente a esse romance ou em perspectiva comparada a outras obras em diferentes programas de pós-graduação em todo o país. Isso sem falar em uma vasta quantidade de artigos e capítulos de livros publicados tanto no Brasil como no exterior. No impulso de *K.*, Bernardo Kucinski, hoje com 88 anos, deu passo a uma prolífica criação literária. Publicou, com notável constância, *Você vai voltar pra mim e outros contos* (Cosac Naify, 2014); *Alice não mais que de repente* (Rocco, 2014); *Os visitantes* (Companhia das Letras, 2016); *Pretérito imperfeito* (Companhia das Letras, 2017); *A nova ordem* (Alameda, 2019); *O colapso da nova ordem* (Alameda, 2022); e o *Congresso dos desaparecidos* (Alameda, 2023).

Outro fator que deu destaque à *K. – Relato de uma busca* foi sua coetaneidade à promulgação da Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011, que instituiu, sob o governo de Dilma Rouseff, a Comissão Nacional da Verdade (CNV), cujo relatório final foi entregue em dezembro de 2014 (Brasil, 2014a, 2014b), coincidindo também com a

¹ Todas as citações da obra neste estudo são da edição de 2014, da Cosac Naify.

primeira republicação da obra. Em seu trabalho de dois anos e sete meses de investigação, a comissão apresentou uma lista com 377 violadores dos direitos humanos durante a ditadura, incluindo os cinco generais que governaram o Brasil entre 1964 e 1985, e recomendou a responsabilização criminal, civil e administrativa dos 196 que permaneciam vivos à época. Em suas conclusões, a Comissão recomendou várias medidas institucionais e reformas constitucionais legais, incluindo a revisão da Lei de Anistia, de 1983, além de propor, manifestamente, o seguimento dos trabalhos de investigação sobre todo o período ditatorial. Foi atualizado o número de dissidentes políticos cujos corpos ainda não haviam sido encontrados, e foi a primeira vez que se estimou o impacto direto da ditadura no desaparecimento de pessoas entre as populações indígenas: um número preliminar de 8.350 vítimas. A Comissão da Verdade, apesar de suas restrições, da reação militar e inclusive das divergências internas e das críticas por parte de diferentes setores, pareceu representar, ao menos àquela época, indícios de que finalmente estávamos começando a levar luz para outras partes desse passado nacional. No entanto, o que se seguiu à publicação do relatório foi a mostra de como as estruturas econômicas, sociais e culturais, instauradas a partir da ditadura, mantinham-se firmes, incólumes.

Revisitar *K. – Relato de uma busca* 15 anos depois de sua primeira publicação é, de certa forma, também escovar a contrapelo esse passado recente do Brasil; confrontar mais uma derrota moral de toda uma sociedade que presenciou, sufocada, a volta dos espectros recalcados do período autocrático. Uma massa ectoplásmica bicolor que tomou de assalto as redes sociais, as igrejas, os quartéis, os escritórios do empresariado industrial e latifundiário, as mídias, as ruas, o poder institucional e quase o que, em pouco mais de trinta anos, ainda considerávamos uma democracia.

K. – Relato de uma busca narra, em uma intersecção entre ficção e testemunho, um evento traumático que acometeu a família do autor: o desaparecimento de sua irmã, Ana Rosa Kucinski, vítima da repressão ditatorial, em abril de 1974. Ana era professora do Departamento de Química da USP e militava na Ação Libertadora Nacional (ALN), quando foi presa e desaparecida junto a seu marido, Wilson Silva, por agentes da repressão; um caso que permanece até hoje sem qualquer resolução ou responsabilização criminal. A narrativa de Kucinski parte dessa ausência pulsante, expondo, ficcionalmente, a busca desesperada de um pai por qualquer rastro da filha em meio aos labirintos do poder de desaparecimento da ditadura e do regime de silêncio, falsa normalidade democrática e impunidade que se seguiu a ela. A trama encena o luto familiar impedido que arrasta a

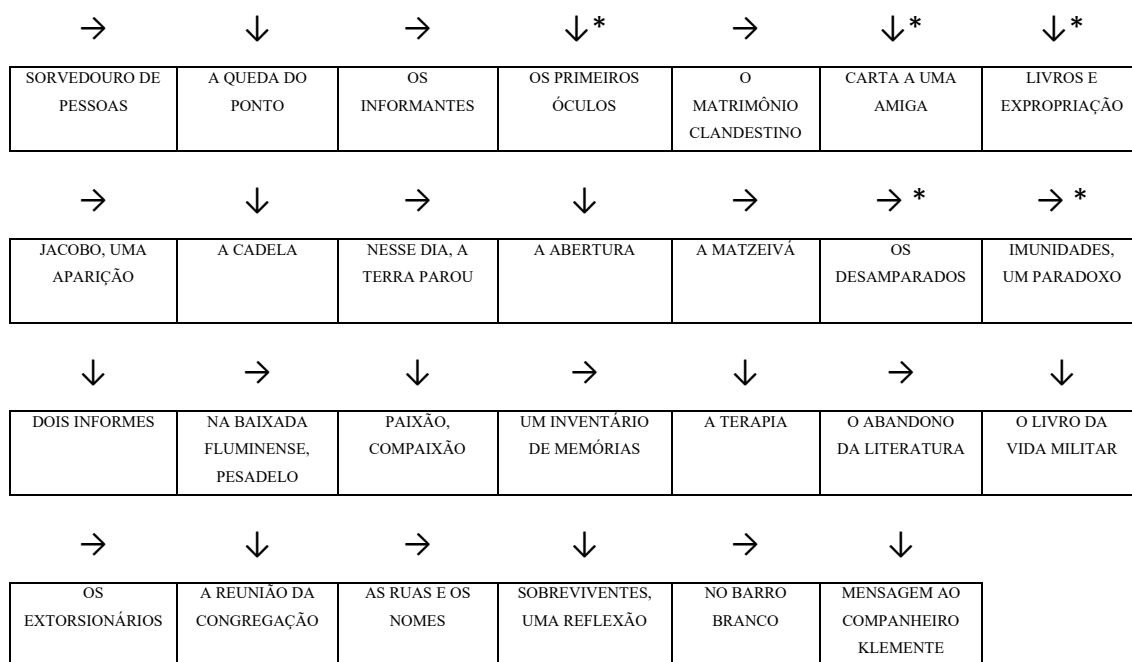
perda ao longo dos anos, bem como uma existência especial que espera a condição elementar de ser enlutada. Nesse constante estado de latência, no qual estão encerrados vivos e mortos, surge em *K.* a escritura, ela também soterrada, tentando sondar sob tantas camadas que envolvem a prática atroz do desaparecimento. Diante de tal quadro, o trabalho de memória e testemunho, tão particular à obra, também precisa recorrer às possibilidades de expressão e ressignificação da ficção literária. Daí a advertência que figura nas primeiras páginas do texto: “Caro leitor: Tudo neste livro é invenção, mas quase tudo aconteceu”.

O romance é composto por 29 capítulos relativamente curtos; na edição da Cosac Naify, raramente passam de cinco páginas. O primeiro deles: “As cartas à destinatária inexistente”, assim como o “Post scriptum”, impõem esse teor testemunhal à obra. Eles se destacam pela grafia em *itálico*; o tom, ao mesmo tempo intimista e confessional, meditativo e exasperante, da voz do próprio autor. Ambos acompanham seu nome e uma data: 31 de dezembro de 2010. Tais passagens marcarão, também, a intersecção do passado com o presente da escritura, a falta do corpo da irmã e os ecos de sua história que reverberam em um presente nacional amnésico, no qual as antigas estruturas persecutórias ainda operam. Esses textos cercam, delimitam o espaço ficcional em questão, como marcos do tempo presente, local onde o luto permanece plantado. Na introdução do romance, Kucinski se refere às cartas destinadas ao nome da irmã mais de 30 anos depois de seu desaparecimento: “Correio e banco ignoram que a destinatária já não existe; o remetente não se esconde, ao contrário, revela-se orgulhoso em vistoso logotipo” (Kucinski, 2014, p. 9). “O carteiro nunca saberá que a destinatária não existe; que foi sequestrada, torturada e assassinada pela ditadura militar. Assim como ignorarão, antes dele, o separador das cartas e todos do seu entorno” (Kucinski, 2014, p. 9). Como as cartas que continuam a chegar, trazidas por algum espírito inquieto, a perda retorna, insepulta, cobrando um luto impossível de ser cumprido: “É como se as cartas tivessem a intenção oculta de impedir que sua memória na nossa memória descansa” (Kucinski, 2014, p. 10). Essa ausência latente atravessa o plano diegético, segue constante pelas páginas, arrastando um velho pai a uma busca exasperante e, rompendo a linearidade da diegese novamente, retorna à temporalidade inicial: “Passadas quase décadas, súbito, não mais que de repente, um telefonema a essa mesma casa” (Kucinski, 2014, p. 181). Outro embuste de um sistema que segue vigorando, ofendendo ainda vivos e mortos.

O restante da obra, cabe salientar, apresenta uma arquitetura acurada, na qual se interpõem, mediante a disposição dos capítulos, planos narrativos multiformes

intercalados ordenadamente com o fio narrativo principal. É dizer: transversalmente à busca cronologicamente linear do protagonista, são inseridas outras linhas narrativas, formando um tecido coeso entre seu trauma pessoal e o contexto político-social da captura e do desaparecimento da filha. Apenas três capítulos, nos quais há notadamente a presença de K., diferem-se do ponto de vista narrativo principal. Embora trate de reminiscências do protagonista, o capítulo “Os primeiros óculos” apresenta mais um salto ao registro de um afeto passado do que uma recordação agônica que parte, como as outras, do presente. Já em “Os desamparados”, a enunciação parte do pai do companheiro da filha, que, a exemplo do discurso de Riobaldo, em *Grandes sertões: veredas*, narra a K. lembranças do filho, impressões sobre a nora e a miséria familiar que se seguiu ao desaparecimento dos dois. No capítulo “Imunidades, um paradoxo”, por sua vez, a referência a K. se distingue por meio de uma mudança perceptível no tom da narração, que expõe o resumo temporal da perda de “um pai” por meio de suas próprias transformações ao longo de semanas, meses, anos; do ímpeto inicial da busca à prostração perante a indiferença dos outros e a seu completo esgotamento físico e psicológico. Há também dois capítulos seguidos, perpendiculares à trajetória de K., que parecem servir para dar identidade ao casal desaparecido, justamente depois da descrição de como o pai ficou sabendo do “casamento clandestino” da filha. O primeiro é “Carta a uma amiga”, por meio do qual podemos vislumbrar algumas marcas da personalidade da filha desaparecida, algo sobre seus afetos, anseios, dúvidas, pequenos momentos de felicidade, temores; algo também sobre seu próprio nome, iniciado pela letra A, com a qual será chamada a partir de então. Da mesma forma, podemos inferir alguns traços da personalidade de seu companheiro, particularmente por meio de seu hábito de “expropriar livros”, também como ímpeto revolucionário: “Expropriava-os em nome da revolução socialista, dizia aos poucos cúmplices de seu segredo. Era como se já praticasse a subversão pregada pelo livro; cada expropriação, um ato de sabotagem do mercado que fazia das ideias objeto de lucro” (Kucinski, 2014, p. 52). De resto, o texto segue a alternância entre as perspectivas de dentro e de fora da consciência e das ações do protagonista.

Para criarmos uma imagem clara dessa tessitura, imaginemos os episódios da busca de K. em uma linha horizontal, que segue na direção convencional, disposta no movimento de nossa própria escritura: da esquerda (passado) para a direita (futuro). Intercalando-a perpendicularmente, estão dispostos os outros fios narrativos, seguindo também o movimento da escrita, de cima (passado) para baixo (futuro), na vertical.



O eixo horizontal acompanha o protagonista K., desde a constatação do desaparecimento da filha até os episódios mais desesperadores de sua busca. Já no início dessa linha narrativa, as analogias a *O processo*, de Franz Kafka, se tornam evidentes. Como o atribulado Joseph K., dos manuscritos entregues a Max Brod em 1920, que viriam a se tornar uma das obras mais importantes da literatura ocidental, o protagonista do romance de Kucinski adentrará um processo disparatado de burocracia, corrupção, cinismo, desfaçatez e arbitrariedade que o consumirá completamente. Sua busca, no labirinto de devassidão criado pelo regime ditatorial, também se configurará para ele como uma falta múltipla e fundamental: a ausência pungente da filha, a ofensa constante de um sistema atroz de vigilância, perseguição e apagamento, e, enfim, sua própria falta como pai, alheio aos movimentos que tomavam o poder civil-militar instituído no país, bem como os de sua própria filha. A exemplo do romance de Kafka, essa principal voz narrativa em *K.* emana de um observador que não participa diretamente da trama, mas tem acesso a todos os acontecimentos que envolvem o protagonista, assim como à sua consciência, a suas sensações e sentimentos. Focado em K., ele acompanha intimamente o percurso do pai à procura da filha. Seu tom em relação à personagem é predominantemente empático, piedoso e condescendente. A maior parte dessa linha narrativa se dá em discurso indireto; raramente há a voz direta do protagonista, que parece se recluir em uma espécie de silêncio reflexivo. Se sabemos dele, é por meio da projeção de seus pensamentos, de suas dúvidas, inquietudes e exasperações. Conhecemos K. no exato ponto de reconhecimento de sua perda: “A tragédia já avançara inexorável quando,

naquela manhã de domingo, K. sentiu pela primeira vez a angústia que logo o tomaria por completo. Há dez dias a filha não telefona” (Kucinski, 2014, p. 13). É o instante de perigo que põe em movimento toda a narrativa. Absorto em seus estudos do iídiche e nas sessões literárias com os amigos, K. não se havia dado conta da complexidade do momento político pelo qual o país estava passando. Lembrou-se, de súbito, dos rumores sobre o desaparecimento de dois estudantes judeus de medicina e sobre a escalada da repressão política. como quem acorda de um sono de torpor e se lembra de um dano pessoal irreparável. O silêncio das chamadas telefônicas; a descoberta de que a filha há dias não ia ao trabalho; os olhares de medo e os sussurros entrecortados das amigas da universidade; a desconversa daqueles a quem interpelava e, finalmente, o contato com famílias de outros desaparecidos – tudo convergia para uma hipótese cada vez mais sombria. Como muitos outros, a filha poderia mesmo ter sido tragada pelo sorvedouro de pessoas que há tempos vinha alimentando o sistema repressivo da ditadura.

E foram desaparecidos

(Ele coloca o artefato de metal em sua cabeça como um elmo, o Tarnhelm)

O elmo se encaixa bem na minha cabeça:

Poderá a mágica também funcionar?

(Bem silencioso)

“Noite e névoa, Igual a nada!”

(Ele desaparece e em seu lugar pode ser visto uma coluna de névoa)

Richard Wagner (2022, n.p.), *O anel do Nibelungo. A Ópera – O ouro do Reno – Cena III*

A perspectiva narrativa que se projeta no segundo capítulo, “A queda do ponto”, é bastante distinta. À imagem da desolação de K, sozinho e impotente perante a tragédia que se desenha à sua frente, sucede outra não menos desoladora: um pequeno apartamento no qual um casal se refugia, tomado pelo pânico. O narrador parece saber de algo que vai acontecer e, por conta disso, lança diversas conjecturas: “[...] havia sempre o recurso de se refugiar num buraco qualquer, num sítio, numa embaixada, no arcebispado. Desde que assumissem a derrota” (Kucinski, 2016, p. 26). Por meio dessa nova perspectiva narrativa, deslocada agora do protagonista, o narrador é também capaz – além de mover-se livremente pelo universo diegético, acompanhando outros personagens em suas respectivas espacialidades – de transitar entre passado, presente e futuro, transpassando inclusive a diegese e os limites entre ele mesmo e o autor. A perda toma corpo à medida

que a ficção e o testemunho se enlaçam, se desprendem, se atravessam. O destino dessas personagens já está consumado, como em um universo no qual tudo já estivesse, desde o início, determinado, e, diante do esfacelamento completo das relações entre causa e efeito, o próprio fluxo temporal perdesse todo o sentido:

Numa sacola maior, de lona, despejam documentos arduamente elaborados de denúncia, aos que consideram mais valiosos. A lista dos duzentos e trinta e dois torturadores, que jamais serão punidos, mesmo décadas depois de fartamente divulgada, mesmo décadas após o fim da ditadura; os manifestos dos presos políticos, o dossiê das torturas, o relatório prometido à Anistia Internacional. E também a pasta de recortes de jornais sobre os hábitos e rotinas de empresários apoiadores dos centros de tortura. Não sabem que, exceto o já justificado, todos eles morrerão de morte natural, rodeados de filhos, netos e amigos, homenageados seus nomes em placas de rua (Kucinski, 2014, p. 27).

Como no exemplo acima, no plano perpendicular às ações do pobre K., encontraremos distintas formas expressivas que conformam a dimensão político-social, macroestrutural e inframundana de sua perda particular. São cartas recolhidas durante a busca; diálogos entre agentes da repressão; reflexões do autor que parecem aludir à própria temporalidade da escritura; informes de agentes infiltrados nas células de dissidentes; sessões de terapia e, inclusive, passagens da reunião e da ata na qual os colegas de departamento da USP decidiram pela rescisão de contrato de A., poucos meses após seu desaparecimento. Tais excertos, expressões artístico-ficcionais, transmutadas da parca história documental que registra o desaparecimento de Ana Rosa Kucinski e da própria experiência empírica da família durante os anos de busca, vão desenhando o mundo sujo dos agentes da ditadura e o ambiente de depravação social instaurado durante o regime. São breves quadros que formam o mosaico de causas e consequências que envolvem um crime político hediondo, cuja dimensão vai se expandindo ao longo da narrativa.

Passemos, brevemente, por alguns deles para sondar as possibilidades de expressão da complexa máquina de extermínio construída pelo regime repressivo, assim como os expedientes por meio dos quais os fios narrativos se ligam para formar o contorno desse desaparecimento, como no capítulo “A cadela”, no qual um agente da repressão reflete sobre o fim que dará à cachorrinha de estimação do casal sequestrado. A materialização do medo que A. já havia augurado em uma carta a sua amiga – “Se chama Baleia. Homenagem ao Graciliano, claro. Mas não é vira-lata, tem pedigree e tudo.

Até desses passeios com a Baleia tenho medo”² (Kucinski, 2014, p. 48) –, que se expressa ulteriormente nas elucubrações de um de seus raptos: “quando os dois se deram conta, já estavam dentro do carro e de saco na cabeça, só a cadela latiu, mas já era tarde. Agora essa maldita cadela, filha da puta, não para de incomodar” (Kucinski, 2014, p. 63).

De modo similar, temos acesso à conversa entre uma personagem chamada Jesuína e uma psicóloga durante uma sessão de terapia. Jesuína havia conseguido a condicional da Penitenciária de Taubaté por intermédio do delegado Fleury e tinha sido levada por ele àquela que seria conhecida mais tarde na história nacional como *Casa da Morte*, em Petrópolis, para trabalhar como faxineira. Lá, a personagem afirma ter se convertido em amante do delegado, assim como em uma espécie de espiã guiada por ele para recolher pequenas informações entre os presos: “Às vezes ele me mandava escutar o que um preso ou uma presa falavam; eu fazia a faxina ou levava água, e era para me fazer de boazinha, ver se elas passavam algum bilhete, algum número de telefone” (Kucinski, 2014, p. 125). Assolada pela experiência, a jovem Jesuína vai revelando à psicóloga o *modus operandi* instaurado naquele espaço. A relação indecorosa de médicos – que juraram proteger a vida – com a prática sistêmica da tortura: “Sempre que chegava um preso novo vinha o doutor Leonardo, um médico do Rio; quando o preso ficava mal durante o interrogatório ele ia para aquela sala fechada e examinava” (Kucinski, 2014, p. 129). A logística macabra que envolvia o “manejo” dos corpos: “[...] levavam os presos para lá e umas horas depois saíam com uns sacos de lona bem amarrados, colocavam os sacos numa caminhonete estacionada de frente pro portão, pronta para sair, e iam embora” (Kucinski, 2014, p. 130-131). O cenário da carnificina na horrenda oficina de desaparecimento: “Vi uns ganchos de pendurar carne igual dos açougues, vi uma mesa grande e facas igual de açougueiro, serrotes, martelo. É com isso que tenho pesadelos, vejo esse buraco, pedaços de gente. Braços, pernas cortadas. Sangue, muito sangue” (Kucinski, 2014, p. 132).

Por meio do relato dessa personagem também inferimos que A. talvez pudesse ter passado por aí. Jesuína afirma, em determinado momento de seu relato, que chegou a ser colocada em uma cela como embuste para extrair algum tipo de confissão de uma prisioneira, em particular: “[...] eu tentei puxar conversa. Ela me disse o nome dela e depois não falou mais nada. Disse o nome completo [...] Disse assim recitado como quem

² No romance, o conteúdo das cartas, assim como em “Cartas à destinatária inexistente”, e do “Post Scriptum” destacam-se tipograficamente pelo uso de itálico.

sabe que vai morrer e quer deixar o nome para os outros saberem” (Kucinski, 2014, p. 129-130). De fato, como atesta o relato do ex-sargento Marival Chaves Dias do Canto, em depoimentos prestados à Comissão Nacional da Verdade (CNV) em 2012 e 2014, Ana Rosa e Wilson Silva foram levados à Casa da Morte de Petrópolis, ainda vivos, pela equipe do coronel do Exército Freddie Perdigão Pereira, que também teria sido responsável por suas mortes. Por intermédio dessa personagem, o ficcionista pode “entrar” na casa do terror de Petrópolis, essa casa antiga de um alemão colaborador do nazismo, que foi justamente cedida por seu filho aos comandos repressivos para servir de espaço de concentração e desaparecimento. Um espaço insondável que teria permanecido assim, não fosse o testemunho da única dissidente que saiu de lá com vida: Inês Etienne Romeu, a quem devemos um consistente tratado de memória sobre os últimos sopros de insurgência e a devassidão humana que se procria nos círculos de poder em tempos de ditadura. Inês faleceu em 2015, logo após sua importante contribuição para a Comissão da Verdade. A Casa da Morte permanece lá, vazia, pregada à encosta. Apenas neste ano a Prefeitura de Petrópolis ganhou, finalmente, a ação na Justiça sobre sua desapropriação. Em suas paredes, que testemunharam o horror, por certo ainda estão escritas aquelas palavras, ilegíveis, em um idioma que não se pode pronunciar.

Assim como podemos adentrar esse espaço de horror mediante as reflexões de um exterminador de pessoas ou das reminiscências de uma jovem faxineira recriadas pelos recursos artístico-ficcionais, vamos também atravessando outras camadas da intrincada estrutura do mundo ditatorial ao longo do romance. E conhecemos as idiossincrasias e vicissitudes do círculo militar em um Almanaque do Exército, folheado por um general cassado por não ter aderido ao golpe; ou, como no capítulo “Dois informes”, que acompanha os relatórios e os pensamentos de um agente infiltrado cujas informações seriam determinantes para a captura da filha de K. e de seu genro. Aliás, são nos pequenos detalhes desse relato que notamos a presença deste último, especialmente pelos traços singulares que K. haveria de marcar em sua memória por meio das fotografias: “Consigne-se: Rodriguez é de altura mediana, magro, cabelo negro e de feições marcantes, com maxilar saliente e sobrancelhas cerradas, idade entre vinte e oito e trinta anos” (Kucinski, 2014, p. 91-92).

A convenção estabelecida com o conteúdo histórico da perda familiar de Kucinski volta a atravessar a leitura. Ana e Wilson haviam, do mesmo modo, caído depois da delação de um informante. Aqui o luto se materializa em escritura, na imaginação penitente que busca reconstruir os passos daqueles que seguiam, inelutavelmente, à sina

funesta. E, se podemos entrever o esfacelamento das últimas células dissidentes por meio da perspectiva desse delator, também podemos, nesse caleidoscópio narrativo, inferir outros crimes particulares que se destacaram na história da ditadura. Entre esses, o desaparecimento do ex-deputado federal Rubens Paiva, ainda no começo do romance; o drama da estilista Zuzu Angel, ao qual faz referência o infame Dr. Fleury em “A abertura”; ou a alusão à morte de Frei Tito que aparece no discurso de uma das amantes do delegado. Preso nessa teia narrativa figura o pobre K., imobilizado pelo movimento das inúmeras patas do poder ditatorial, que segue atento, mordaz, vigilante.

“De repente, tudo perdia sentido. Um fato único impunha-se, cancelando o que dele não fosse parte; fazendo tudo o mais obsoleto. O fato concreto de sua filha querida estar sumida há onze dias, talvez mais. Sentiu-se muito só” (Kucinski, 2014, p. 16). É em direção a essa falta, instaurada em um momento de espanto, no lampejo de uma recordação, que rumo K., arrastado pela gravidade de um corpo ausente. A partir desse ponto singular, cada lembrança virá envolta em mais uma camada de fatalidade. Por que a filha lhe havia dado um número de telefone apenas para casos de urgência? Um contato que agora responde apenas com um eco no vazio. Por que um endereço específico para a procurar apenas em alguma situação muito grave? Um sobradinho geminado espremido em meio a outros iguais a ele, em cuja porta se amontoam jornais e folhetos intocados, que responde aos toques de campainha apenas com um hiato funesto. “Um absurdo ele não ter questionado isso de só visitar se for grave, de só telefonar se for urgente. Onde ele estava com a cabeça, meu Deus?” (Kucinski, 2014, p. 14). Das hipóteses listadas sobre o silêncio, passando novamente pela universidade e mais vezes ainda pela casinha na rua Padre Chico, pelas delegacias de polícia, pelo IML, pela abordagem de clientes de sua loja, de amigos da literatura, de outros que lhe respondiam com evasivas até chegar a uma reunião de “familiares de desaparecidos políticos na Cúria Metropolitana”, isso quando já contavam trinta dias do desaparecimento da filha, K. seguiu sozinho. Até aquela reunião, quando, perante o relato daquelas pessoas, ele, pela primeira vez, sentiu abrigo, não no conforto, mas na comiseração. Sua perda se esbatia em tantas outras, todas carregadas de incógnitas, angústia, desespero. O que as irmanava? O fato de todas nunca terem deixado vestígios. Algo que, na mente do velho, surpreenderia até o terror nazista. No Brasil há muitos anos, K. conhecia muito bem a língua portuguesa, decerto também pelas traduções do iídiche. Mas foi a primeira vez que ele ouviu o verbo *desaparecer*, intransitivo por natureza, ser usado daquela forma, em voz passiva, quando a ação do verbo recai sobre o sujeito-vítima: “Um senhor levantou-se, disse que viera de Goiânia

especialmente para a reunião. Seus dois filhos, um de vinte anos e o outro de apenas dezesseis, *foram desaparecidos*” (Kucinski, 2014, p. 22, grifo nosso). Toda a família da mãe de A. havia sido exterminada nos campos de concentração nazista. K. conhecia muito bem como no iídiche tangiam palavras como “campo de concentração”, “deportação”, “solução final”. Logo aprenderia também em português o timbre de palavras como “caiu o ponto”, “aparelho”, “material subversivo”, “DOPS”, “elemento”, “esquadrão da morte”.

A ausência e a ofensa

*Y si de vos
me dijeran que no existe,
les gritaría que me quedan,
tus ojos tristes,
tu caminar lento,
tu sonrisa apenas esbozada,
tu caricia leve,
y una espera,
una larga espera
de la que no volveremos
nunca,
o tal vez si...*

Ana María Ponce (2011, p. 22), “12 de agosto de 1976”

Movido por essa busca desesperada, K. esgotará todas as suas forças. A cada pista, uma esperança, a cada esperança, uma decepção. Da ingenuidade com a qual se fiava nos relatos de supostos informantes até a resignação empedernida ante a constatação de que, efetivamente, jamais encontraria a filha com vida, K. haveria de gastar seu resto de existência, no rastro de, ao menos, uma resposta. Ciente de que existe uma rede repressiva arditamente tecida para enganá-lo, dissuadi-lo, desacreditá-lo, o velho encontrará diferentes estratégias de enfrentamento. Vai a Genebra apelar à Cruz Vermelha; a Londres, à Anistia Internacional; aos Estados Unidos, ao American Jewish Committee. De fato, encontra ajuda nesta última organização, mas ela também fenece em meio à voragem da repressão. Com o tempo, K. entenderá a dimensão do estado de exceção instaurado pelo poder ditatorial: uma máquina hiperbólica cujo funcionamento depende de uma intrincada cadeia de engrenagens que vai dos generais ao mais insuspeito informante, dos escritórios de Brasília até os porões imundos dos espaços de concentração, do terror nacionalmente instituído até a mais torpe mostra de conluio, cinismo e indiferença. Em um “aparelho” desse mecanismo gigantesco, um certo delegado, cujo nome já não precisa ser dito, segue, paralelamente à busca de K., com suas

artimanhas para encobrir o crime: “Você vai pegar esse telefone que está aí e eu vou te dar um número, vai atender um filho de uma puta dum velho [...], diz que você acaba de ser solto do DOPS e que viu a filha dele aqui” (Kucinski, 2014, p. 70).

Como afirma Pilar Calveiro em sua obra *Poder e desaparecimento* (2013), em um exame atento do *processo* argentino, que muito teve de similar à experiência brasileira, mediante a hierarquização militar da vida, amparada fortemente por um grande contingente de civis em um ambiente cada vez mais coercivo e sufocante, foi possível a constituição de uma cadeia de mandos e execuções que assumiu uma dinâmica própria, dissolvendo questionamentos, juízos de moral e até mesmo a responsabilidade pelas ações empreendidas. O executor sente-se livre de questionamentos e limita-se ao cumprimento da ordem: “Com o casal deu tudo certo, do jeito que o chefe gosta, sem deixar rastro” (Kucinski, 2014, p. 63); “Me deram carta branca, que era para acabar com os comunistas, não deram? Acabei com eles, não acabei?” (Kucinski, 2014, p. 69). A aceitação da instituição e o temor de seu poder destrutivo, antes de serem elementos excludentes, servem para reforçar ainda mais a unidade em torno do poder opressivo. Em seu conjunto, oficiais de Exército, grupos de inteligência, espias, agentes infiltrados, responsáveis pelos sequestros e ocultadores de cadáveres agem como simples peças de uma engrenagem, cada qual à sua orientação e maneira, contribuindo para o bem comum do regime. A ordem exime a culpa, a consciência do crime perde-se nos corredores, nos informes, nos telefonemas, nos relatórios escritos à máquina. Quanto maior a quantidade de pessoas envolvidas em uma ação, menor a probabilidade de que qualquer uma delas se considere um agente determinante, com responsabilidade moral sobre o fato. Enfim, a complexa maquinaria de opressão contribui para a despersonalização dos atos iníquos. O que resta é um estado de completa burocratização e naturalização da violência e da morte:

Por sua vez, existe um processo de *burocratização* que implica certa rotina, “naturaliza” as atrocidades e, por isso mesmo, dificulta o questionamento das ordens. Na longa cadeia de mandos, cada subordinado é um executor parcial, sem controle sobre o processo em conjunto. Consequentemente, as ações se fragmentam e as responsabilidades se diluem [...] A cabeça dá ordens e nem sempre chega a ter contato com sua execução. Os executores se sentem peças de um complicadíssimo maquinário que não controlam e que pode destruí-los. O campo de concentração aparece como uma máquina de destruição que toma vida própria. A impressão é que ninguém pode detê-la (Calveiro, 2013, p. 27, grifos da autora).

Assim como tentou controlar a vida, a ditadura também procurou exercer poder sobre a morte, daí a prática sistematizada do desaparecimento de cadáveres. Como bem mostra o romance de Kucinski, a ausência de um corpo implica, em um primeiro

momento, a relutância em aceitar seu fenecimento. Sempre haverá uma carta para uma destinatária ausente; cartazes enviados de outro país; o telefonema de desconhecidos com alguma informação animadora. Com o tempo, a ausência também se converte em ofensa. Não encontrando sua filha sobre a terra, K. passou a procurar embaixo dela. Desencontrados relatos sobre cemitérios clandestinos, supostos locais de desova de corpos; também por ali ele passou, escavando seu próprio desespero. Diante da consciência da perda irreparável resta o trabalho de luto. “A prova de realidade mostrou que o objeto amado já não existe mais e agora exige que toda a libido seja retirada de suas ligações com esse objeto”, como afirma Freud (2011, p. 30), em seu conhecido ensaio “Luto e melancolia”. Ainda agarrado ao ser amado, o sujeito resistirá à realidade, mas ela normalmente vence, embora por meio de uma luta constante, penosa, demorada, com grande dispêndio de energia e de investimento. Por meio dessa luta, “Uma a uma, as lembranças e expectativas pelas quais a libido se liga ao objeto são focalizadas e superinvestidas e nelas se realiza o desligamento da libido” (Freud, 2011, p. 30). Mas como fazer o trabalho de luto sem um corpo, sem ao menos um local simbólico para dirigir as preces, o adeus definitivo? Como a realidade pode vencer tal falta?

Quando K. pede ao rabino para erguer uma Matzeivá, após um ano da perda de sua filha, o pedido é veementemente rechaçado: “O que você está pedindo é um absurdo, colocar uma lápide sem que exista o corpo” (Kucinski, 2014, p. 77). Embora tenha se afastado da religião judaica ao longo da vida, K. sabe de seus preceitos. Os grandes sábios, os *gaonim* haviam instituído a tradição de erguer uma lápide ao ente querido depois de um ano de sua morte, quando se torna mais viva a lembrança do morto. Entre várias escusas, as menções ao desaparecimento da filha vão se tornando acusações, reprimendas, insultos: “Também é proibido sepultar os maus com os justos” (Kucinski, 2014, p. 80); “[...] mas ela era terrorista, não era? E você quer que nossa comunidade honre uma terrorista no campo sagrado, que seja posta em risco, por causa de uma terrorista?” (Kucinski, 2014, p. 81). As mesmas palavras que ouviu um mês antes de um empresário judeu a quem, por conta do trânsito nos círculos do poder, K. havia também recorrido. A falta de uma lápide que, ao menos, estabeleça um ponto simbólico no campo dos vivos, não apenas representa, para o pobre K., uma ausência latente da filha, mas também uma ofensa à sua existência. Mais uma cicatriz que se talha em seu corpo de pai como registro da própria falta: “A falta de lápide equivale a dizer que ela não existiu e isso não é verdade: ela existiu, tornou-se adulta, desenvolveu uma personalidade, criou o seu mundo, formou-se na universidade, casou-se” (Kucinski, 2014, p. 79).

À tentativa frustrada de erigir uma pequena lápide para a filha, sucede-se a ideia de compor um pequeno livro de memórias, “Uma lápide na forma de livro. Um livro *in memoriam*” (Kucinski, 2014, p. 82). A ideia seria compor uma espécie de álbum dedicado à filha e ao genro, no qual estariam fotografias, depoimentos de algumas amigas, e seria distribuído aos mais conhecidos e familiares. Para K., a criação de um livro representava uma maneira de restituir a história e a dignidade da filha. Do mesmo modo, o livrinho cumpriria, de certa forma, a função simbólica de um espaço de recordação, um ponto material de preservação e de acesso ao trabalho da memória. Logo, mais uma recusa, outra humilhação, uma nova ofensa. Após todo um trabalho de confecção do livro de memória, K. dirige-se à gráfica onde faria a impressão dos exemplares. Havia escolhido aquela em especial, porque antigamente lá se imprimia um jornal anarquista chamado *Labor*. Agora, a gráfica está em posse de um dos filhos do antigo proprietário, que trabalhava com cartões de visita e convites de casamento. Ao retornar à gráfica no dia seguinte, o velho é recebido aos gritos pelo jovem dono; novamente a vexação, a ofensa, as mesmas palavras repetidas: “Como o senhor teve o atrevimento de trazer material subversivo para a minha gráfica? [...] Onde já se viu, material subversivo, uma desaparecida política, uma comunista. Ela não era comunista?” (Kucinski, 2014, p. 83). Se a ditadura, em suas táticas de guerra suja, havia se empenhado em “quebrar” o corpo do inimigo, arrancando dele qualquer pertencimento, também se propunha a se apropriar inclusive de sua morte. Nas oficinas de terror da ditadura brasileira, a exemplo dos outros regimes totalitaristas do Cone Sul na segunda metade do século XX, o prisioneiro é reduzido à condição de nada, *nomen nescio*, *no name*, N. N., noite e névoa. Sua vida já não lhe pertence no exato momento de sua captura. Ele agora é um *homo sacer*, uma vida nua situada, como afirma Giorgio Agamben (2010, p. 76): “no cruzamento entre uma matabilidade e uma insacriticabilidade, fora tanto do direito humano quanto do divino”. Para o poder iníquo, ele não é digno sequer de luto.

Judith Butler, em *Quadros de guerra* (2023), problematiza a vulnerabilidade da vida e sua matabilidade, fundamentando sua análise no conceito de precariedade e na forma como determinadas vidas são enquadradas e apreendidas. Para Butler, é essencial compreender que, no discurso da violência, uma vida só pode ser lamentada ou considerada digna de luto, se for previamente reconhecida como tal. Se certas vidas não são consideradas como vidas ou se, argumenta a autora: “desde o começo, não são concebíveis como vidas de acordo com certos enquadramentos epistemológicos, então essas vidas nunca serão vividas nem perdidas no sentido pleno dessas palavras” (Butler,

2023, p. 13). Não parece anacrônico trazer tal discussão ao contexto brasileiro sob ditadura. Na roleta russa do regime, muitas pessoas poderiam cair, mas algumas, como as mulheres, por exemplo, experimentariam um ódio a mais nas salas de tortura. Se a precariedade é uma condição comum a todos os seres humanos – afinal todos necessitamos de cuidados especiais ao nascer e durante os primeiros anos de nossas vidas – as condições históricas e políticas tornam vidas mais precárias que outras. A apreensão da precariedade, afirma Butler: “conduz a uma potencialização da violência, a uma percepção da vulnerabilidade física de certo grupo de pessoas que incita o desejo de destruí-las” (Butler, 2023, p. 15). Para a autora: “apenas em condições nas quais a perda tem importância o valor da vida aparece efetivamente. Portanto, a possibilidade de ser enlutada é um pressuposto para toda vida que importa” (Butler, 2023, p. 32). No contexto da ditadura brasileira, instituída como espaço de lei e ordem, a caçada humana adquire um caráter até mesmo paradoxal: “a condição politicamente induzida de maximização da precariedade para populações expostas à violência arbitrária do Estado que com frequência não têm opção a não ser recorrer ao próprio Estado contra o qual precisam de proteção” (Butler, 2023, p. 46-47).

Para instaurar a terceira fase do capitalismo no país, o Estado brasileiro assumiu a função tanatopolítica de exterminar sistematicamente pessoas, a fim de preservar o estilo de vida de outras. Mas, para que esse extermínio fosse realmente efetivo, era necessário arrancar da vítima inclusive a condição humana. O desaparecimento forçado encerra esse ciclo horrendo de nadificação, extraíndo do outro até a condição elementar de ser enlutado. Para os sobreviventes que não podem enterrar seus mortos, essa ausência será sempre uma inescusável ofensa. Assim como no plano pessoal, essa falta se expande também ao corpo coletivo, invade, domina cidades inteiras, instaura o poder inclusive sobre o futuro. No segundo capítulo do romance, um dos narradores já nos havia alertado disso: “Não sabem que exceto o já justificado, todos eles morrerão de morte natural, rodeados de filhos, netos e amigos, homenageados seus nomes em placas de rua” (Kucinski, 2014, p. 27). Essa advertência reverberará nos pensamentos de K. em sua volta a São Paulo vários anos depois, logo após participar de uma cerimônia em um loteamento longínquo no Rio de Janeiro. O projeto, movido por um vereador de esquerda, consistia em nomear pequenas ruas, nesse local ainda sem saneamento ou qualquer infraestrutura, em homenagem a desaparecidos políticos, incluindo sua filha e seu genro. K. havia verdadeiramente se emocionado com o ato. Porém, qual não seria sua surpresa ao deparar-

se, em sua viagem de volta, com o *domínio* da memória ditatorial por meio da eternização de seus nomes. Mais uma ofensa a seu coração desavisado:

[...] para espanto de K., uma avenida General Milton Tavares de Souza. Ele sabia muito bem quem foi: jamais esqueceria esse nome. [...] Foi quem criou o DOI-CODI, para onde levaram o Herzog e o mataram. [...] Tomado pela indignação, K. agora perscrutava cada placa e escandalizou-se ao deparar com o nome Costa e Silva na Ponte Rio-Niterói. Incrível, uma construção majestosa como essa de quase nove quilômetros com o nome do general que baixou o tal do AI-5 (Kucinski, 2015, p. 162-163).

Uma vez mais K. repreende-se por sua patológica desatenção. Nunca havia refletido “sobre esse estranho costume dos brasileiros de homenagear bandidos e torturadores e golpistas, como se fossem heróis ou benfeitores da humanidade” (Kucinski, 2015, p. 164). Mal sabia o pobre K. que um dos maiores agentes da caçada ditatorial, um dos responsáveis diretos pelo desaparecimento de sua filha, também receberia um nome de rua: “Doutor Sérgio Fleury”, na Vila Leopoldina, ali mesmo, em São Paulo. E lá permaneceria até o distante ano de 2021, quando um projeto de lei, novamente de vereadores de esquerda, o substituiria por “rua Frei Tito de Alencar Lima”.

O luto e o lapso

Para trás, fora daqui, gente perdida,
Adiante. Não suplantei ninguém,
Não usurpei o pão de ninguém,
Ninguém morreu em meu lugar. Ninguém.
Retornem ao seu nevoeiro.
Não tenho culpa se vivo e respiro
E como e bebo e durmo e visto roupas.
Primo Levi (2019, p. 111), “O sobrevivente”

Na noite daquele fatídico dia, quando havia despertado a consciência para o desaparecimento da filha, K. tem um sonho ímpar: “[...] sonhou ele menino, os cossacos invadindo a sapataria do pai para que lhes costurasse as polainas das botinas” (Kucinski, 2014, p. 14). Qual é o perigo que prevê esse sonho? A alusão aos massacres de Chmielnicki, realizados por rebeldes cossacos ucranianos contra as comunidades judaicas da Europa Oriental entre 1648 e 1657? Outro *pogrom* instaurado durante as grandes revoltas antissemitas que aconteceram na Ucrânia e no sul da Rússia, entre 1881 e 1884, após o assassinato do Czar Alexandre II? Se esse sonho de K. serve de aviso para a tempestade que se aproxima, “o pesadelo na Baixada Fluminense” será o reflexo de sua absoluta derrota. Depois de um dia intenso à procura de um terreno que um jornalista lhe

havia indicado – segundo ele, um possível local onde estariam os restos de sua filha –, K. tem outro sonho: “Ele cavoucava o solo com uma pá, embora fosse uma pá comum de lâmina chata, retirava de cada vez quantidade descomunal de barro, como se fosse uma escavadeira” (Kucinski, 2014, p. 96). Em seu acordar, aos poucos o velho vai recordando outros fragmentos do sonho. Cavando ainda, no fundo de um grande buraco, ao voltar seu olhar para cima, ele se depara “com aqueles rostos todos rodeando a cova, encarando-o lá de cima, sim, porque já era como uma cova, e ele lá no fundo e todos olhando para ele” (Kucinski, 2014, p. 98). Tal sonho mistura lembranças que há muito K. considerava apagadas:

De repente K. se lembrou de outra cena, quando a pá bateu numa pedra e debaixo dela saiu uma cobra e ele a matou de um golpe só, antes de ela dar o bote; e logo ele já estava fora do poço e, embora não tivesse sido picado pela cobra, sentia calafrios, como se estivesse doente ou febril; e não havia mais ninguém, todos haviam sumido, só estava lá uma mocinha mulata com uma criança no colo, e essa mocinha era a empregadinha que ele havia contratado muito antigamente, ainda bem novinha, devia ter uns quinze anos, para cuidar da filha quando a mulher ficou mal, com as notícias da guerra, ao ponto de não ter ânimo para nada, a filhinha tinha só três anos e essa menina, chamada Diva, cuidava da criança, e no sonho ele sentia o calafrio aumentar; e, quando foi ver, a criança era sua filhinha [...] Diva também havia desaparecido; um dia pediu a conta e se foi, depois de morar com eles mais de dez anos [...] no sonho, ela volta com uma criança no colo, e K. estende as duas mãos para pegar a criança, e ele nem sabe como pegar porque nunca havia feito isso, mas estende as duas mãos e pega assim por baixo, e traz a criança para si, e quando olha a criança está sorrindo, é um bebê, mas o rosto é da sua filha (Kucinski, 2014, p. 99-100).

Cathy Caruth, no artigo “Modalidades do despertar traumático (Freud, Lacan e a ética da memória)”, estabelece uma análise da noção de trauma em suas raízes freudianas. Segundo a autora, desde a virada do século XX, a experiência traumática passou a ser estudada com mais profundidade, para além de sua noção de patologia, estabelecendo então uma relação enigmática com a psique. Para ela, em sua definição genérica, o trauma corresponde a uma “resposta a um evento ou eventos violentos inesperados ou arrebatadores, que não são inteiramente compreendidos quando acontecem, mas retornam mais tarde em *flashbacks*, pesadelos e outros fenômenos repetitivos” (Caruth, 2000, p. 111). No sonho de K., como fenômeno de repetição, se interconectam várias temporalidades, vários “pesadelos históricos”. Como em um poema de Paul Celan, K. escava e não tira daí nenhuma sabedoria, não inventa uma canção, não imagina linguagem alguma; a lembrança da *Shoah* mescla-se à terra que engole os desaparecidos. “*Wohin gings, da’s nirgendhin ging?* Para onde foi se não há lugar algum?”, diz o poeta (Celan, 1999, p. 88-89). Tanto chão, e nada. Tanta busca e nenhuma experiência, como aqueles

combatentes que voltavam do campo de batalha calados e taciturnos, “mais pobres em experiências comunicáveis, não mais ricos” (Benjamin, 2012, p. 124). A esposa não podia cuidar da filha recém-nascida porque havia caído, com toda a família que havia permanecido na Polônia, no sorvedouro de pessoas do terror nazista. A. nasce dessa perda e está fadada a repeti-la, enterrada sob os pés de outra tirania. É a própria culpa que K. revolve, afundado na terra, sob olhos vigilantes; é essa culpa que segura nos braços, na qual reconhece o rosto da filha querida. Como o sonho descrito por Freud (2019), em *A interpretação dos sonhos*, que remete à história de um pai atribulado pela perda do filho:

Um pai passou dias e noites à cabeceira do filho doente. Depois que a criança morre, ele vai para um quarto vizinho, a fim de descansar, mas deixa a porta aberta, para poder ver o aposento onde jaz o corpo do filho, cercado de velas altas. Um homem idoso foi encarregado da vigília e está sentado junto ao corpo, murmurando orações. Após algumas horas de sono, o pai sonha que *o filho está em pé ao lado de sua cama, que o agarra pelo braço e sussurra em tom de repreensão: “Pai, você não vê que estou queimando?”*. Ele acorda e vê um brilho forte vindo do quarto do filho, corre até lá e encontra o vigia idoso adormecido, a mortalha e um braço do corpo amado do filho queimados por uma vela que caíra. (Freud, 2019, p. 563, grifos do autor).

Ao tomar esse exemplo como modalidade do trauma, Cathy Caruth contrapõe a própria interpretação de Freud a uma leitura posterior que Lacan faria sobre o mesmo fenômeno. Se, para o Freud de 1899 – quando foi publicada sua primeira obra considerada psicanalítica – esse sonho seria apenas um exemplo de uma manifestação do inconsciente de algo que não enfrentamos adequadamente (nesse caso, a morte fora de nós), para Lacan, ele se converteria em paradigma da ulterior noção freudiana de repetição traumática. Na análise de Lacan, argumenta Caruth (2000, p. 112), o sonho de Freud não é mais sobre um pai dormindo diante de uma morte extrema, “mas sobre a forma como a própria identidade do pai, como sujeito, em seu despertar traumático, está vinculada ou fundada na morte à qual ele sobreviveu”. Essa leitura de Lacan sobre o choque da visão traumática implicaria, para Caruth (2000, p. 112, grifo da autora), “não tanto uma realidade epistemológica, mas antes uma relação que pode ser definida como *ética*, com o real”. Segue ela:

Em sua última essência, então, a história do pai e da criança é, para Lacan, a história de uma responsabilidade impossível da consciência, em sua própria relação originária com os outros e, mais especificamente, com as mortes dos outros. Enquanto um acordar, a relação ética com a realidade é a revelação dessa exigência impossível no centro da consciência humana (Caruth, 2000, p. 127).

Os sonhos de K. parecem revelar tal ressemantização identitária, tal ética perante o “real” da mortificação e da iniquidade que se desvela à sua frente, no caminho

impossível até a morte da filha. O velho percebe que sua busca há muito havia se convertido em um vício, uma obsessão pelo desengano. Mesmo assim não podia deixar de seguir qualquer pista, por mais aleatória que fosse: “precisava saber para medir sua própria culpa” (Kucinski, 2014, p. 90). “A culpa. Sempre a culpa. A culpa de não ter percebido o medo em certo olhar. De ter agido de uma forma e não de outra. De não ter feito mais. [...] No fundo a culpa de ter sobrevivido” (Kucinski, 2014, p. 167). Uma culpa que se assemelha à terrível escolha de Sofia, ao delito pessoal que Joseph K procurou até a morte; uma culpa que escorrega dos ombros do carrasco e cai sobre as costas da vítima; um peso extremo de remorso, indagação, lamento e afronta que fará com que ela ande arqueada pelo resto de sua existência. Daí a alusão ao conceito de “totalitarismo familiar”, cunhado por Milan Kundera, que o narrador usa para se referir ao “conjunto de mecanismos de culpabilização desvendados por Kafka” (Kucinski, 2014, p. 168) em sua relação com a história ditatorial brasileira. Uma falta fundamental, uma ausência e uma ofensa que uma coletividade inteira carrega ainda nas costas, impelindo-a a olhar apenas para baixo.

O “totalitarismo institucional” exige que a culpa, alimentada pela dúvida e opacidade dos segredos, e reforçada pelo recebimento das indenizações, permaneça dentro de cada sobrevivente como drama pessoal e familiar e não como a tragédia coletiva que foi e continua sendo, meio século depois (Kucinski, 2014, p. 169).

Aqueles que, presos no *continuum* ditatorial brasileiro, ainda se consideram em dívida com os mortos que, resistindo à terceira fase do capitalismo, quiseram construir um mundo melhor que o nosso, assistiram, atônitos, ao retorno dos espectros da ditadura. Nos anos que se seguiram à primeira publicação de *K. – Relato de uma busca*, transitamos entre a esperança que se desenhava com a instauração da Comissão Nacional da Verdade e seus possíveis desdobramentos. Ela nem de longe parecia consentânea, mas era nossa, grávida de possibilidades. Contudo, fechada em si, como bem denunciou Kucinski à época,³ não angariou consensos; não pôde, ao menos, criar experiência, construir sabedoria coletiva. Diante dela, nenhum, nenhum criminoso foi sequer julgado. E nós assistimos a tudo que se seguiu com olhos enormes. Um deputado caricato, em uma

³ A crítica de Kucinski se referia principalmente ao trabalho a portas fechadas da Comissão: “A grande oportunidade da CNV era desenvolver uma luta pela narrativa diferente da que vinha sendo colocada. E, nesse sentido, ela fracassou completamente e sequer criou condições para poder disputar a narrativa dominante: não fez audiências públicas transmitidas pela TV e o seu relatório praticamente não foi publicado. Acabou sendo apenas mais um episódio” (“Comissão da Verdade fracassou, reclamam escritores”, 2016).

sessão espectral na Câmara, louvaria Carlos Brilhante Ustra, e, ao invés de preso, sairia de lá ovacionado. Essa era a visão alegórica que se arrastava, a contrapelo, desde nosso futuro ruinoso. Nesse interstício, vimos um governo ser derrubado. Vimos direitos fundamentais para a classe trabalhadora serem revogados por uma autoridade ilegítima, cuja pauta nunca teria sido sequer cogitada em uma eleição. Assistimos a uma espécie de revanche do verde-amarelismo integralista sobre a antropofagia no campo da cultura. Acompanhamos o deputado que elogiava torturadores subir a rampa do Planalto como presidente. Sondamos o totalitarismo institucional ao qual se referia o narrador do romance. Começamos, nós também, a praticar linguagem alusiva, a nos sentirmos de alguma forma vigiados. E vimos, em pouco menos de três anos, mais de 700 mil pessoas desaparecerem diante de nós. Revolvemos novamente a terra, abrimos milhares de covas rasas. Muitos também nunca souberam onde o corpo de seu ser amado foi plantado. Quando milhares de pessoas começaram a se amontoar em frente aos quartéis, pedindo novamente a intervenção dos militares, já nem nos indignávamos mais. Quando uma turbamulta desvairada provocou um quebra-quebra na sede dos Três Poderes, em Brasília, nos sentimos até constrangidos, com vergonha; tinham sido anos difíceis, estávamos cansados. Depois vieram as investigações, a teia do golpe foi aparentemente desbaratada. No entanto, mesmo agora, quando a via democrática parece ter sido restituída, sentimos, recorrentemente, como que em um despertar, um breve instante de perigo no qual a fase cadavérica da ditadura surge em um lampejo. O trabalho da memória é também a pulsão da justiça; e essa justiça, como afirma Paul Ricœur (2007, p. 101), nunca é *nossa* ou *para* nós. Uns precisam lembrar para que outros, finalmente, possam entender, esquecer, descansar. Os mortos da ditadura ainda estão em perigo.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua*. Tradução: Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 8. ed. Tradução: Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 2012.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. *Relatório / Comissão Nacional da Verdade*. Brasília: CNV, 2014a. v. 1. Disponível em: http://www.cnv.gov.br/images/relatorio_final/Relatorio_Final_CNV_Volume_I_Tomo_I.pdf. Acesso em: 05 out. 2025.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. *Relatório / Comissão Nacional da Verdade*. Brasília: CNV, 2014b. v. 2. Disponível em: http://www.cnv.gov.br/images/relatorio_final/Relatorio_Final_CNV_Volume_I_Tomo_II.pdf. Acesso em: 05 out. 2025.

BUTLER, Judith. *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* Tradução: Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão; Arnaldo Marques de Cunha. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2023.

CALVEIRO, Pilar. *Poder e desaparecimento: os campos de concentração na Argentina*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

CARUTH, Cathy. Modalidades do despertar traumático (Freud, Lacan e a ética da memória). Tradução: Cláudia Valladão de Mattos. In: NESTROVSKI, Arthur; SELIGMANN-SILVA, Márcio (orgs.). *Catástrofe e representação: ensaios*. São Paulo: Escuta, 2000. p. 111-136.

CELAN, Paul. *Cristal*. Seleção e tradução: Claudia Cavalcanti. São Paulo: Iluminuras, 1999.

COMISSÃO DA VERDADE fracassou, reclamam escritores. *Carta Capital*, Seção Sociedade, 15 jul. 2016. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/comissao-da-verdade-fracassou-reclamam-escritores/>. Acesso em: 13 nov. 2025.

FREUD, Sigmund. *Luto e melancolia*. Tradução: Marilene Carone. São Paulo: Cosac Naify, 2011.

FREUD, Sigmund. A interpretação dos sonhos (1900). In: *Obras completas*, volume 4. Tradução: Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

KAFKA, Franz. *O processo*. Tradução: Roberto Carone. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

KUCINSKI, Bernardo. *K. – Relato de uma busca*. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

LEVI, Primo. *Mil sóis: Poemas escolhidos*. Seleção, tradução e apresentação: Maurício Santana Dias. São Paulo: Todavia, 2019.

PONCE, Ana María. *Poemas*. Buenos Aires: Jefatura de Gabinete de Ministros - Presidencia de la Nación, 2011.

RICŒUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução: Alain François. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

WAGNER, Richard. *O anel do Nibelungo: A Ópera*. Tradução: Arthur Avelar. Belo Horizonte: Editora Barbudânea, 2022.

Emerson Pereti. Doutor em Letras/Estudos Literários pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). É professor do Programa de Pós-Graduação em Literatura Comparada da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Integra os grupos de pesquisa (CNPq) Estudos sobre ficção histórica no Brasil e Imaginários latino-americanos. Sua produção acadêmica concentra-se em estéticas e políticas da memória e do esquecimento nas literaturas latino-americanas, abarcando questões como: trauma, testemunho e trabalho de luto; silêncios, ausências e outras poéticas da reminiscência; estruturas, discursos e práticas do esquecimento; anarquismo, estado de dívida e memórias latentes.

E-mail: emerson.nix@gmail.com

Maria Clara de Sousa Cardoso. Mestra em Literatura Comparada pela Universidade Federal da Integração Latino-americana (UNILA) e graduada em Letras/Português pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI).

E-mail: clara17sousa@gmail.com

Declaração de Autoria

Emerson Pereti e Maria Clara dos Santos Cardoso, declarados autores, confirmam sua participação em todas as etapas de elaboração do trabalho: 1. Conceição do projeto, pesquisa bibliográfica, análise e interpretação dos dados; 2. Redação e revisão do manuscrito; 3. Aprovação da versão final do manuscrito para publicação; 4. Responsabilidade por todos os aspectos do trabalho e garantia pela exatidão e integridade de qualquer parte da obra.

Declaração de Disponibilidade de Dados

Todo o conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

Parecer Final dos Editores

Ana Maria Lisboa de Mello, Elena Cristina Palmero González, Rafael Gutierrez Giraldo e Rodrigo Labriola, aprovamos a versão final deste texto para sua publicação.